



# SERRA PARACATU

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

#### 1) A COMPANHIA

A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporá no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	245,24
Tensão em kV:	500/138
Subestações próprias/acessadas:	2

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 47.327.999 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	2020	2019
• Liquidez geral	2,69	3,09
• Liquidez corrente	1,84	3,27
• Relação patrimônio líquido/ativo	62,78%	67,62%
• Relação passivo não circulante/Ativo	25,52%	25,86%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	-3,12%	6,78%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	11,14%	11,87%
Ativos totais - R\$	337.505.037	345.308.877
Prejuízo/Lucro líquido do exercício - R\$	(6.610.543)	15.821.034

**4) GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de

sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.348.117	25.428.486	Fornecedores - terceiros	11	1.218.623	577.031
Concessionárias e permissionárias	6	4.782.539	4.404.950	Fornecedores - partes relacionadas	25	1.255.596	591.646
Contas a receber - partes relacionadas	25	765.422	1.093.592	Empréstimos - partes relacionadas	12	32.422.981	16.837.483
Estoques	7	3.759.395	3.757.685	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	349.001	326.291
Adiantamento a fornecedores		385.093	456.094	Outros impostos a pagar	13	734.813	838.190
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.029.680	-	Taxas regulamentares	14	2.260.145	2.023.018
Outros impostos a recuperar	8	454	-	Dividendos propostos		-	187.023
Ativo de contrato	9	39.773.413	37.977.644	Outros passivos circulantes	15	1.257.443	1.119.875
Outros ativos circulantes		728.330	369.424			39.498.602	22.500.557
		<b>72.572.443</b>	<b>73.487.875</b>	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Ativo não circulante</b>				Empréstimos - partes relacionadas	12	62.946.605	65.562.407
Ativo de contrato	9	264.205.641	271.063.370	Provisão para contingência	16	74.036	-
Outros ativos não circulantes		82.767	20.254	Impostos diferidos	17	20.441.257	21.161.551
Imobilizado	10	643.733	728.962	Outros passivos não circulantes	17	2.658.695	2.587.977
Intangível		453	8.416			86.120.593	89.311.935
		<b>264.932.594</b>	<b>271.821.002</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	18		
<b>Total do ativo</b>		<b>337.505.037</b>	<b>345.308.877</b>	Capital social		195.300.000	195.300.000
				Reserva legal		1.040.628	1.040.628
				Reserva de lucros		-	18.515.314
				Reserva especial de lucros a realizar		15.545.214	18.640.443
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>337.505.037</b>	<b>345.308.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Retenção de lucros	Lucros/Prejuízo acumulado	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>195.300.000</b>	<b>249.576</b>	<b>18.640.443</b>	<b>4.694.524</b>	-	<b>218.884.543</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.821.034	15.821.034
Constituição da reserva legal	-	791.052	-	-	(791.052)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	14.879.682	(14.879.682)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(1.058.892)	-	(1.058.892)
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(150.300)	(150.300)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>195.300.000</b>	<b>1.040.628</b>	<b>18.640.443</b>	<b>18.515.314</b>	-	<b>233.496.385</b>
Dividendos adicionais conf. AGO de 08 de julho de 2020 (Nota explicativa 18)	-	-	-	(15.000.000)	(6.610.543)	(15.000.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(6.610.543)	(6.610.543)
Absorção do prejuízo do exercício com as reservas de lucro (Nota explicativa 18)	-	-	(3.095.229)	(3.515.314)	6.610.543	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>195.300.000</b>	<b>1.040.628</b>	<b>15.545.214</b>	-	-	<b>211.885.842</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporá no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 11 de abril de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km. b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$17.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 47.327.999 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A intensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020. (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de igual até dezembro de 2020. (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020. (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produziram alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de

Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitam; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70%. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; (iii) Postergação do pagamento de parcelas de principal e juros de empréstimos de mútuo (Intercompany) que empresas do grupo contrataram com a sua acionista SGID. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a COVID, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na

data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de reversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de



# SERRA PARACATU

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de contrato: A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica,

que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### 4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

**4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.205	2.036
Bancos	739.745	404.236
Aplicações financeiras	20.607.167	25.022.214
	<b>21.348.117</b>	<b>25.428.486</b>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 101,30% do CDI.

#### 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	4.430.207	3.971.221
Vencidas até 30 dias	1.794	15.892
Vencidas até 60 dias	1.265	5.698
Vencidas até 90 dias	723	3.802
Vencidas há mais de 90 dias	374.064	432.498
	4.808.053	4.429.111
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(25.514)	(24.161)
	<b>4.782.539</b>	<b>4.404.950</b>

Em função do alto giro das concessionárias e permissonárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(24.161)	(33.573)
Reversão	19.063	9.412
Adição	(20.414)	-
Saldo em 31 de dezembro	<b>(25.514)</b>	<b>(24.161)</b>

#### 7. ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado de manutenção e operação	3.759.395	3.757.685
	<b>3.759.395</b>	<b>3.757.685</b>

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

#### 8. OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	623.243	-
CSLL	406.437	-
	<b>1.029.680</b>	<b>-</b>
	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS/CSLL (PCC)	454	-
	<b>454</b>	<b>-</b>

#### 9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	39.773.413	37.977.644
Não circulante	264.205.641	271.063.370
	<b>303.979.054</b>	<b>309.041.014</b>
A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>309.041.014</b>	<b>309.041.014</b>
Receita de construção	4.630.244	-
Receita de O&M	12.086.147	-
Receita de remuneração	28.319.172	-
Recebimentos	(50.022.451)	-
Imobilizado em curso	(75.072)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>303.979.054</b>	<b>309.041.014</b>
Circulante	39.773.413	37.977.644
Não circulante	264.205.641	271.063.370
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>315.449.588</b>	<b>315.449.588</b>
Receita de construção	-	-
Receita de O&M	11.621.123	-
Receita de remuneração	28.924.503	-
Recebimentos	(47.274.942)	-
Imobilizado em curso	320.742	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>309.041.014</b>	<b>309.041.014</b>
Circulante	37.977.644	37.977.644
Não circulante	271.063.370	271.063.370
O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão		

é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo seu rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

#### 10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	1.188.856	80.003	(28.190)	-	1.240.669
Móveis e utensílios	399	-	-	-	399
Outros	9.837	-	(9.837)	-	-
<b>Custo</b>	<b>1.199.092</b>	<b>80.003</b>	<b>(38.027)</b>	<b>-</b>	<b>1.241.068</b>
(-) Máq. equipamentos	(469.824)	-	-	(127.180)	(597.004)
(-) Móveis e utensílios	(306)	-	-	(25)	(331)
<b>(-) Depreciação</b>	<b>(470.130)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(127.205)</b>	<b>(597.335)</b>
	<b>728.962</b>	<b>80.003</b>	<b>(38.027)</b>	<b>(127.205)</b>	<b>643.733</b>

#### 11. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para encerramento de obra (i)	395.899	-
Fornecedores relacionados à construção	556.392	183.614
Gastos ambientais e fundiários	219.840	31.291
Prestadores de serviços	45.899	121.495
Outros	593	240.631
	1.218.623	577.031

(i) Valor refere-se provisão de fornecedores referente ao encerramento de projeto de reforço

#### 12. EMPRÉSTIMOS

##### a) Total da dívida:

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
State Grid International Development Limited (SGID) nov/14	set/24	N/A	Libor + 2,85% a.a.	95.369.586	82.399.890	82.399.890
				<b>95.369.586</b>	<b>82.399.890</b>	<b>82.399.890</b>
Circulante				32.422.981	16.837.483	16.837.483
Não circulante				62.946.605	65.562.407	65.562.407
				<b>95.369.586</b>	<b>82.399.890</b>	<b>82.399.890</b>

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

##### b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Saldo inicial 31/12/2019	Juros, variação bruta monetária e cambial	Liqui-dação de juros	Novas capta-ções	Liquidação principal	Saldo final 31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	82.399.890	27.970.948	(4.120.494)	-	(10.880.758)	95.369.586
<b>Total</b>	<b>82.399.890</b>	<b>27.970.948</b>	<b>(4.120.494)</b>	<b>-</b>	<b>(10.880.758)</b>	<b>95.369.586</b>

  

Financiador	Saldo inicial 31/12/2018	Juros, variação bruta monetária e cambial	Liqui- Novas dação capta-ções	Novas capta-ções	Liquidação principal	Saldo final 31/12/2019
State Grid International Development Limited (SGID)	95.337.597	11.278.931	(7.156.273)	-	(17.060.365)	82.399.890
<b>Total</b>	<b>95.337.597</b>	<b>11.278.931</b>	<b>(7.156.273)</b>	<b>-</b>	<b>(17.060.365)</b>	<b>82.399.890</b>

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 43.260.012,02, correspondente a R\$ 112.584.181 com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 06/09/2024. No ano de 2017, 2018 e 2019, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2020, a empresa pagou principal e juros em junho e em dezembro pagou apenas os juros. Para o pagamento do principal, devido a crise econômica causada pela COVID-19 e com base no contrato de empréstimo onde diz que a Concessionária tem o direito de decidir se pagará ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da empresa, estamos revendo nossas estratégias para os próximos anos. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

##### c) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

Ano	Amortização
2022	21.581.693
2023	21.581.693
2024	19.783.219
	<b>62.946.605</b>

#### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	221.158	174.850
CSLL	127.843	151.441
	349.001	326.291
	31/12/2020	31/12/2019
PIS	25.163	22.668
COFINS	116.135	104.619
INSS	125.210	256.315
ISS a pagar	277.592	265.364
IRRF retido na fonte	94.227	94.003
PIS/COFINS/CSLL (PCC)	72.216	64.791
Outros	24.270	30.431
	<b>734.813</b>	<b>838.191</b>

#### 14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva global de reversão (RGR) (i)	81.247	69.050
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	316.534	315.570



# SERRA PARACATU

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

**17. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES**

	31/12/2020	31/12/2019
Atualização monetária benefícios (i)	2.638.695	2.567.977
Outros	20.000	20.000
	<b>2.658.695</b>	<b>2.587.977</b>

(i) Nesse grupo estão as atualizações monetárias dos pagamentos de benefícios dos funcionários expatriados

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 195.300.000, dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2020 e 2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<b>100%</b>

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Reserva especial de lucros a realizar:** Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. d) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(6.610.543)	15.821.034
Reserva legal (5%)	-	(791.052)
Base de cálculo para os dividendos	-	15.029.982
Dividendo mínimo obrigatório	-	<b>150.300</b>

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 15.000.000. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados no valor total de R\$ 15.187.023 foram pagos em 06 de Agosto de 2020.

**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	42.626.590	40.304.840
Receita de operação e manutenção	12.086.147	11.621.123
Remuneração dos ativos de contrato	28.319.172	28.924.503
Receita de construção (i)	4.630.244	-
Ajustes de receitas variáveis (ii)	(2.408.973)	(240.786)
Deduções da receita operacional	<u>(3.520.530)</u>	<u>(3.281.766)</u>
PIS	(277.140)	(262.099)
COFINS	(1.279.110)	(1.209.689)
RGR	(1.353.489)	(1.202.690)
P&D	(171.680)	(166.871)
TFSEE	(439.111)	(440.417)
	<b>39.106.060</b>	<b>37.023.074</b>

(i) Variação refere-se a criação do projeto de reforço para expansão da subestação Pirapora 2.

(ii) Valor refere-se a diferença entre a Rap do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade), que a Companhia ajusta mensalmente.

**20. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO**

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(4.621.028)	(3.144.130)
Material	(284.450)	(142.143)
Serviços de terceiros	(1.015.605)	(980.695)
Custo de construção (i)	(4.176.471)	-
Custo de operação e manutenção (ii)	(523.162)	(1.255.145)
Gastos diversos	(260.443)	(109.996)
Outros	(470.665)	(205.960)
	<b>(11.351.824)</b>	<b>(5.838.069)</b>

(i) Variação refere-se a criação do projeto de reforço para expansão da subestação Pirapora 2.

(ii) Variação refere-se a consuição do almoxarifado da subestação Pirapora em 2019.

**21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(2.780.886)	(2.923.147)
Administradores	(401.572)	(598.096)
Material	(78.504)	(60.669)
Serviços de terceiros	(488.433)	(659.316)
Arrendamentos e alugueis	(142.389)	(134.455)
Provisões/reversão	(12.329)	4.241
Tributos	(3.120)	(3.914)
Outras	(201.244)	(262.270)
	<b>(4.108.477)</b>	<b>(4.637.626)</b>

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita financeira</b>	<b>18.435.381</b>	<b>20.020.716</b>
Receitas de aplicações financeiras	721.736	1.692.832
Variações cambiais ativas	17.710.160	18.127.183
Outras receitas financeiras	3.485	200.701
<b>Despesa financeira</b>	<b>(47.456.825)</b>	<b>(29.616.191)</b>
Variações cambiais passivas (i)	(41.638.450)	(22.528.100)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(5.418.887)	(6.878.014)
Multas e acréscimos moratórios (ii)	(283.683)	(7.322)
Outras despesas financeiras	(115.805)	(202.755)
	<b>(29.021.444)</b>	<b>(9.595.475)</b>

(i) Variação refere-se a variação cambial s/principal e juros de empréstimo com a SGID devido a alta variação do câmbio.

(ii) Valor refere-se substancialmente a juros e multas s/IRPJ e CSLL de 2019.

**23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas brutas</b>	<b>49.098.574</b>	<b>41.682.670</b>
Base de cálculo (8%)	3.927.886	3.334.613
Outras receitas	994.313	1.893.687
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.922.199</b>	<b>5.228.300</b>
IR devido	(1.224.550)	(1.426.751)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	89.323	-
(+) IR diferido/Outros	349.723	(115.398)
<b>Total de IRPJ</b>	<b>(785.504)</b>	<b>(1.542.149)</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas brutas</b>	<b>49.098.574</b>	<b>41.682.670</b>
Base de cálculo (12%)	5.891.829	5.001.920
Outras receitas	994.313	1.893.687
<b>Base de cálculo</b>	<b>6.886.142</b>	<b>6.895.607</b>
CSLL devida	(619.753)	(696.619)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	24.913	-
(+) CSLL diferido/Outros	188.550	(62.316)
<b>Total de CSLL</b>	<b>(406.290)</b>	<b>(758.935)</b>
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b>(1.191.794)</b>	<b>(2.301.084)</b>

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

**24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

**Ativos mensurados pelo valor justo**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.348.117	25.428.486

**Ativos mensurados pelo custo amortizado**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	25	765.422	1.093.592
Concessionárias e permissionárias	6	4.782.539	4.404.950

**Passivos mensurados pelo custo amortizado**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos - partes relacionadas	12	95.369.586	82.399.890
Fornecedores - terceiros	11	1.218.623	577.031
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.255.596	591.646

**24.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros de mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2020. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2020	-5%	+5%
Empréstimos	95.369.586	(4.768.479)	4.768.479

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de

uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

**25. PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

**25.1 Ativo**

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	765.422	1.093.592
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	765.422	1.093.592
Outros	-	-

**25.2 Passivo**

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	1.255.596	591.646
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.154.851	581.319
Aluguel (ii)	-	10.327
Serviços de engenharia SGSE (iii)	100.745	-
Empréstimos com a SGID - (nota explicativa 12)	95.369.586	82.399.890

**25.3 Resultado**

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado - partes relacionadas	6.197.607	6.204.991
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	257.276	793.039
Aluguel (ii)	(129.296)	(120.015)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(906.700)	-
Despesa de juros de empréstimo - (nota explicativa 22)	(5.418.887)	(6.878.014)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 04 de junho de 2020 a SPTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso das concessionárias de transmissão Mantiqueira, Veredas e Janaúba, na subestação de energia Pirapora 2. **25.4. Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Salário	325.500	-
Benefícios diretos e indiretos	56.921	-
Encargos	213.589	45.549
Provisões (13º salário, férias e bônus)	143.136	-
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>739.146</b>	<b>45.549</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

**26. GESTÃO DO CAPITAL:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**27. COBERTURA DE SEGUROS:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	20.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	274.260.676	132.364.488
Veículos	113.433	209.506
	<b>294.374.109</b>	<b>142.573.994</b>

**28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 525.334. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
EXP-SPTE-2019-0023	NARI	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	525.334

**Cronograma de vencimento**

	Em R\$
2021	359.036
2022	166.298
	<b>525.334</b>

**DIRETORIA**

**Ramon Sade Haddad**  
Diretor-Presidente

**Jorge Raul Bauer**  
Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da

**Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2020, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e

não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa